



2610950



00135.226838/2021-39



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E CENTROS DE
ATENDIMENTOS ÀS MULHERES NAS FRONTEIRAS

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nome da autoridade competente: Viviane Fernanda Dutra

Número do CPF: 923.933.570-68

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto: Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (DEV/SNPM/MMFDH)

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria nº 160, de 7 de março de 2018 (2624276)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 810012 – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres - SNPM

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto: UG 810012 – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres - SNPM

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília

Nome da autoridade competente: Márcia Abrahão Moura

Número do CPF: 334.590.531-00

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Centro de Pesquisa em Avaliação e Tecnologias Sociais (CEPATS) da Universidade de Brasília, conforme Ato do Conselho do Instituto de Psicologia nº 011/2021.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154040 - Universidade de Brasília

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade de Brasília -154040/15257

3. OBJETO: Mapeamento e diagnóstico de redes estaduais e locais de enfrentamento à violência contra as mulheres.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

- **Meta 1:** Realizar pesquisa “perfil institucional dos serviços” especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência das 27 Unidades da Federação, num total de aproximadamente 1.350 serviços mapeados.
 - **Método:** Aplicação de formulário *on-line* por telefone, ou, na impossibilidade da aplicação do formulário por chamada telefônica, autopreenchimento do formulário, a ser encaminhado por correio eletrônico.
 - **Participantes:** profissionais e/ou gestores dos serviços especializados (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Núcleo da Mulher na Defensoria Pública, Promotoria Especializada, Casa Abrigo, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Patrulha/Ronda Maria da Penha, Casa da Mulher Brasileira).
 - **Municípios contemplados:** todos os municípios brasileiros em que existam os serviços especializados de atendimento à mulher descritos acima.
- **Meta 2:** Mapear os arranjos institucionais das redes locais de atendimento de 10 municípios de cinco Unidades da Federação a serem escolhidos no transcurso da pesquisa e do Distrito Federal.
 - **Método:** Entrevistas e/ou grupos focais com base em roteiro semiestruturado.
 - **Participantes:** profissionais e gestores da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (incluindo gestores dos serviços e dos órgãos formuladores de políticas públicas; tais como, Organismos de Políticas para as Mulheres, Coordenadorias de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nos Tribunais Estaduais de Justiça, Núcleos de Gênero do Ministério Público, dentre outros).
 - **Municípios contemplados:** Distrito Federal e 10 municípios (5 capitais e 5 municípios de médio porte que contem com organismo de políticas para as mulheres e, ao menos, um serviço especializado da rede de atendimento) de 5 estados, de cada região do país.
- **Meta 3:** Verificar a perspectiva de gestores e profissionais da Rede de Atendimento e das mulheres atendidas pelos serviços acerca da assistência prestada e dos desafios e das potencialidades do trabalho em rede, em 10 municípios das cinco Unidades da Federação e do Distrito Federal.
 - **Método:** Grupos focais e/ou entrevistas com gestores, grupos focais com profissionais, grupos focais com mulheres.
 - **Participantes:** gestores dos serviços especializados e não especializados da Rede de Atendimento; profissionais dos serviços especializados e não-especializados da Rede de Atendimento; mulheres em situação de violência atendidas pelos serviços da Rede.
 - **Municípios contemplados:** 10 municípios (5 capitais e 5 municípios de médio porte que contem com organismo de políticas para as mulheres e, ao menos, um serviço especializado da rede de atendimento) de 5 estados (de cada Região do país) e o Distrito Federal.

Ressalta-se que a consecução das metas ora estabelecidas não ocorre de maneira individualizada. São, portanto, fases complementares e que podem se sobrepor nos diferentes momentos da pesquisa. Importante destacar que estão previstas visitas *in loco*, com o objetivo de coletar as informações acerca das instituições públicas integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; bem como das condições desta rede para o atendimento adequado das

demandas apresentadas aos órgãos participantes do estudo, nas diferentes etapas do processo de pesquisa.

Ademais, as informações advindas das visitas *in loco* servirão para revisão e validação do formulário a ser utilizado no diagnóstico descritivo (levantamento do perfil institucional) dos serviços especializados e para a construção dos instrumentos a serem utilizados nas entrevistas com gestores da Rede de Enfrentamento e nos grupos focais com atores institucionais da Rede e com as mulheres atendidas nos serviços.

a) Devolutiva dos resultados/resultados esperados

A partir dos insumos produzidos pelas entrevistas e pelos grupos focais e dos resultados da análise dos dados coletados pelo instrumento da pesquisa perfil, será consolidado Relatório Técnico Final com o conjunto de informações integrantes dos objetivos – geral e específicos – deste Plano de Trabalho, para utilização do órgão demandante.

Para cada meta elencada, serão apresentados os seguintes produtos de pesquisa:

- **META 1:** Relatório final e banco de dados com as informações sobre os serviços especializados levantadas na pesquisa perfil. Este banco de dados deve disponibilizar a extração de dados com desagregações. Além disso, deve permitir visualizações interativas para que os usuários finais criem os seus próprios relatórios e *dashboards*.
- **META 2:** Relatório descritivo, narrando o funcionamento de cada rede local, demonstrando as relações entre os atores e seus fluxos comunicacionais (com enfoque na prestação de serviços às usuárias). Também deverão ser disponibilizados dois mapas/desenhos dos arranjos institucionais de cada rede local estudada. Um dos mapas deve conter exclusivamente o arranjo previsto na legislação legal e infralegal. O segundo mapa deve ser o desenho do arranjo tal qual se dá na prática do dia a dia do funcionamento da rede, independentemente da legislação. Considerando que o estudo será realizado em 10 municípios e no DF, deverão ser entregues um total de 22 mapas dos arranjos institucionais das redes locais.
- **META 3:** Relatório dos grupos focais contendo: a) a descrição do processo avaliativo – o processo das reuniões, falas emblemáticas, construção da pesquisa; b) o resultado do processo avaliativo, descrevendo (da perspectiva das usuárias e dos profissionais e gestores da Rede de Atendimento) as potencialidades, os desafios e as possíveis mudanças em cada modelo de rede local trabalhada; c) parecer final da equipe de pesquisadores, com sugestões para o aprimoramento do trabalho em rede, na perspectiva do atendimento integral, humanizado e não-revitimizador às mulheres em situação de violência.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Nr.	Descrição	Nr.	Descrição	Indicador Físico	Produto	Início	Fim
M1	Realizar a Pesquisa Perfil institucional dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência	A01	Seleção de pesquisadores e graduandos	Apresentação da Equipe (e-mail e videoconferência)	Relação Parcial da Equipe	1º Mês	1º Mês
		A02	Organização das equipes de trabalho			1º Mês	2º Mês
		A03	Elaboração do projeto e submissão na Plataforma Brasil do Comitê de Ética em Pesquisa	Número do CAAE	Número do CAAE	1º Mês	3º Mês
		A04	Formalizar as	Apresentação oral	Apresentação oral	1º Mês	3º Mês

			demandas para a SNPM e definir estratégias de sensibilização junto à rede	da pesquisa documental	da pesquisa documental		
				Lista de demandas e bancos de dados (informações sobre a rede de proteção e seus contatos)	Reunião virtual/presencial (SNPM)	1º Mês	3º Mês
				Definir listagem de representantes por Instituição/Serviço e Estado para contato e inserção na pesquisa	Reunião virtual/presencial (SNPM)	3º Mês	5º Mês
		A05	Definir estratégias e medidas do estudo	Descrição da proposta inicial de estratégias a serem aplicadas para consolidação do estudo	Reunião virtual/presencial (SNPM)	3º Mês	5º Mês
				Descrição da proposta inicial de medidas a serem aplicadas no estudo	Reunião virtual/presencial (SNPM)	3º Mês	5º Mês
		A06	Validação das estratégias e propostas de medidas	Realização de grupo focal com profissionais de diferentes áreas/UFs para qualificação das estratégias	Grupo Focal	5º Mês	7º Mês
				Realização de grupo focal com profissionais de diferentes áreas/UFs para qualificação das medidas propostas	Grupo Focal	5º Mês	7º Mês
		A07	Visitas <i>in loco</i> a alguns serviços do DF (rede de proteção)	Realização de visitas	Reuniões virtuais/presenciais (rede de proteção)	7º Mês	8º Mês
		A08	Definir a plataforma	Protótipo inicial da plataforma	Protótipo inicial da plataforma	7º Mês	10º Mês
		A09	Revisão/validação do instrumento (mapeamento da rede)	Versão de aplicação do instrumento	Versão de aplicação do instrumento	8º Mês	10º Mês
		A10	Coletar dados	Protocolos de coleta e sensibilização das instituições	Relatório Técnico	10º Mês	14º Mês
		A11	Análise dos dados	Relatório Técnico	Relatório Técnico	14º Mês	18º Mês
				Banco de Dados com informações da rede	Banco de Dados		
M2	Mapear os arranjos	A12	Definir estratégias e medidas do	Descrição da proposta inicial de	Reunião virtual/presencial	13º Mês	15º Mês

	institucionais das redes locais de atendimento dos municípios selecionados		estudo	estratégias a serem aplicadas para consolidação do estudo	(SNPM)		
				Descrição da proposta inicial de medidas a serem aplicadas no estudo	Reunião virtual/presencial (SNPM)	13º Mês	15º Mês
		A13	Coletar dados	Protocolos de coleta e sensibilização das instituições	Relatório Técnico	16º Mês	20º Mês
		A14	Análise dos dados	Relatório Técnico	Relatório Técnico	20º Mês	24º Mês
				Mapas dos Arranjos Institucionais	Mapa		
M3	Verificar a perspectiva de gestores e profissionais da Rede de Atendimento e das mulheres atendidas pelos serviços	A15	Definir estratégias e medidas do estudo	Descrição da proposta inicial de estratégias a serem aplicadas para consolidação do estudo	Reunião virtual/presencial (SNPM)	13º Mês	15º Mês
				Descrição da proposta inicial de medidas a serem aplicadas no estudo	Reunião virtual/presencial (SNPM)	13º Mês	15º Mês
		A16	Coletar dados	Protocolos de coleta e sensibilização das instituições	Relatório Técnico	16º Mês	20º Mês
		A17	Análise dos dados	Relatório Parcial	Relatório Parcial	20º Mês	24º Mês
		A18	Elaboração do Relatório Final	Relatório Técnico	Relatório Técnico	20º Mês	24º Mês

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A violência contra as mulheres é múltipla, ocorre em ambientes diversos (p.e., no espaço público e privado) e apresenta diferentes expressões, tais como: violência doméstica e familiar; assédio sexual no trabalho; assédio sexual no transporte público e em espaços públicos; violência sexual (abuso sexual infantil, estupro por desconhecidos, estupro coletivo e corretivo); violência institucional; tráfico de mulheres; violência *on-line/cibernética/na internet* (p.e., pornografia de vingança, *cyber stalking*); violência política contra as mulheres; feminicídio (BRASIL, 2021a).

Dada a complexidade da violência contra a mulher, faz-se necessária uma resposta coordenada e integrada, baseada na atuação conjunta de serviços de diferentes setores (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, assistência social) para seu enfrentamento (BRASIL, 2021a).

Segundo a ONU Mulheres (2015), a atuação em rede é uma característica intrínseca dos serviços de atendimento às mulheres, de forma a contemplar a complexidade da violência contra as mulheres e as múltiplas necessidades das vítimas: “a interação entre diferentes setores, por meio de mecanismos de coordenação e referenciamento, garante que mulheres e meninas recebam serviços apropriados e tempestivos.(...) Para assegurar uma assistência humanizada, protocolos e acordos sobre os processos de encaminhamentos devem ser firmados” (p. 16, tradução livre, BRASIL, 2021b).

A importância do trabalho intersetorial e integrado também é reforçada na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no Art. 8º, ao determinar que a política de enfrentamento à

violência doméstica e familiar contra a mulher deve ter por base um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, que tenha por diretriz (dentre outras): a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

A Lei Maria da Penha também prevê, como uma das estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar, que:

Art. 9º. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

A Lei estabelece, ainda, a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como: centros de referência de atendimento à mulher; casas-abrigo/serviços de abrigamento; núcleos de defensoria pública; serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados; centros de educação e reabilitação dos agressores; centros de responsabilização e educação dos agressores, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher (artigos 29 e 35 da Lei 11.340/2006).

Dessa forma, com o objetivo de contemplar a multidimensionalidade da violência contra as mulheres e a necessidade do trabalho em rede e o previsto na Lei Maria da Penha, foram criados os conceitos de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A concepção de Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

A rede de enfrentamento é composta por: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.), serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores, universidades, órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).

Por outro lado, o conceito de Rede de Atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação, ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2011; BRASIL, 2021b).

A rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro principais setores/áreas (**saúde, justiça, segurança pública e assistência social**) e é composta por duas principais categorias de serviços:

- Serviços não-especializados de atendimento à mulher – atendem todos os públicos (não somente mulheres) e constituem, em geral, portas-de-entrada da mulher na rede (p.e., Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Varas Comuns, dentre outros).
- Serviços especializados de atendimento à mulher – aqueles que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres (p.e., Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM/CEAM), Casas da Mulher Brasileira, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento de Curta Duração, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

(DEAM), Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher nas delegacias (NUIAM), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Rondas/Patrulhas Maria da Penha, Serviços de Saúde Especializados em Atenção à Violência Sexual, Unidades Móveis de Atendimento).

Vale destacar que, em consonância com o previsto na Lei Maria da Penha e com as recomendações, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres tem envidado esforços para o fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e para a consolidação do trabalho em rede na assistência prestada às vítimas/sobreviventes, no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, lançado em 2021.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (BRASIL, 2021c) constitui uma estratégia de gestão que orienta o planejamento e a execução de ações de articulação e integração da rede, prevenção e combate das mortes violentas de mulheres em função do sexo feminino, conscientização da sociedade, gestão de informações referentes ao fenômeno e garantia de direitos e assistência das mulheres em situação de violência e vítimas indiretas. Tendo em vista a complexidade de questões que envolvem o feminicídio e o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Plano está dividido em cinco Eixos Estruturantes (Eixo I – Articulação, Eixo II – Prevenção, Eixo III – Dados e Informações, Eixo IV – Combate e Eixo V – Garantia de Direitos e Assistência).

O fortalecimento da Rede de Atendimento está previsto no PNEF e inclui iniciativas voltadas para: a criação e manutenção de serviços especializados (tais como, Casas da Mulher Brasileira, Casas de Acolhimento Provisório, Patrulhas Maria da Penha, Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher); a realização de campanhas informativas sobre a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; a distribuição de material informativo e educativo sobre a Rede para a sociedade civil e para profissionais e gestores dos órgãos e serviços especializados; a capacitação de profissionais e gestores da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e **mapeamento e diagnóstico das Redes Locais de Atendimento**.

No tocante ao mapeamento da Rede de Atendimento, é importante notar que essa iniciativa está prevista nas atribuições da SNPM desde os seus primórdios, dada a relevância do trabalho em rede para o atendimento humanizado e integral às mulheres em situação de violência.

De 2003 a 2010, os esforços da SNPM se concentraram na criação de novos serviços e no levantamento de informações básicas sobre os serviços especializados para disponibilização a sociedade e às mulheres em situação de violência, por meio da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Após o período de expansão da Rede de Atendimento, o processo de monitoramento da Rede de Atendimento tornou-se uma das prioridades das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, o que levou ao aperfeiçoamento do processo de acompanhamento dos serviços especializados da Rede.

Entre 2011 e 2014, os serviços da rede passaram a ser monitorados periodicamente, via telefone e sistematização em planilha Excel, pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – e por meio de relatórios enviados pelos Organismos de Políticas para Mulheres, no âmbito das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência.

Destaca-se que, em 2013, foi realizado o “Panorama nacional dos Organismos de Políticas para as Mulheres e da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Situação de Violência: atualização do mapeamento dos serviços especializados e revisão dos critérios de expansão da Rede” para “Definição de critérios para ampliação dos Organismos de Políticas para Mulheres e da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”. Tal pesquisa foi realizada por meio de PRODOC com a ONU Mulheres e apresentou como resultado o perfil dos serviços especializados da rede de atendimento e dos organismos de políticas para as mulheres, assim como, critérios para expansão da rede.

A partir dos instrumentos de coleta de dados desenvolvidos por essa pesquisa, a SNPM realizou, em 2017, nova pesquisa perfil dos serviços especializados, ocasião em que os instrumentos foram revisados e atualizados. O resultado apresentado em 2018 foi um perfil institucional de seis tipos de serviços especializados (a saber, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensoria Especializada, Promotoria Especializada, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher).

Na pesquisa perfil, foram levantados indicadores diversos, tais como: vinculação e institucionalização do serviço, recursos humanos, tipos de atendimentos realizados, participação dos entes federados na criação e manutenção do serviço, ano de abertura, registro e divulgação de dados pelo serviço, capacitação da equipe, participação em Comitês da Rede de Enfrentamento, produção e divulgação de dados referentes ao atendimento, dentre outros.

Diante disso, salienta-se a importância de continuidade de coleta de dados, conforme os instrumentos e indicadores já utilizados para comparação e seguimento da base de dados já construída. Ainda que tais documentos precisem de atualização, conforme o contexto corrente, a proposta de um projeto de pesquisa voltado para o mapeamento e diagnóstico da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres é fundamental para a análise de continuidades e descontinuidades.

Assim, visando à continuação do processo de monitoramento da Rede de Atendimento às Mulheres, o objeto do presente Termo de Execução Descentralizada consiste no mapeamento e diagnóstico das Redes Estaduais e Locais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, conforme o previsto no Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

Outrossim, a descentralização da SNPN para o Cepats/UnB se dará por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, devido a expertise da Universidade e do Cepats no desenvolvimento de pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia sociais, sobretudo em temáticas relacionadas à violência, segurança pública, prevenção criminal, desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências, por exemplo. Além disso, o Cepats tem como missão o apoio à organizações públicas para solução de problemas reais. Para isso, o Cepats conta com professores e pesquisadores com diferentes competências, que, em conjunto, possibilitam o alcance dos objetivos do TED ora proposto, ao unir pesquisadores da administração, psicologia, direito, sociologia, dentre outras áreas. Ademais, com a execução do objeto por pesquisadores acadêmicos, facilita-se que as intervenções sejam baseadas em evidências, uma vez que irá se utilizar do melhor quadro teórico de referência para explicar o problema, as hipóteses e pressupostos, que são submetidas a métodos rigorosos e os dados a técnicas quantitativas e qualitativas. Assim, permite-se as conclusões gerem conhecimento que será aplicado ao problema estabelecido. Por fim, o Cepats/UnB possibilita que vários atores institucionais, locais, de todos os entes federativos possam participar do TED, o que garante representatividade e relevância para o TED.

DESCRIÇÃO DO PRINCIPAL PROBLEMA A SER ABORDADO:

Conforme mencionado anteriormente, o monitoramento dos serviços da Rede de Atendimento é basilar para o estabelecimento das políticas de assistência às mulheres em situação de violência e para a prevenção do feminicídio. Conhecer o perfil dos serviços especializados e a perspectiva dos atores institucionais da Rede de Enfrentamento e das mulheres em situação de violência é mister para o fortalecimento da Rede de Atendimento e para a garantia de uma assistência humanizada e não-revitimizadora às vítimas/sobreviventes.

Todavia, o último diagnóstico parcial realizado pela SNPM ocorreu em 2017, o que requer a continuidade do monitoramento dos serviços e o aprofundamento acerca do funcionamento da Rede de Atendimento; incluindo, nesse processo, profissionais e gestores responsáveis pelo enfrentamento à violência contra as mulheres e as beneficiárias da política pública.

A proposta em tela visa, portanto, sanar a descontinuidade do acompanhamento dos serviços especializados e inovar as estratégias de mapeamento da Rede de Atendimento, com a

inclusão de dados qualitativos sobre percepção de atores institucionais e das mulheres acerca do trabalho em rede e da assistência prestada.

Dessa forma, visando aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento da Rede e aperfeiçoar o monitoramento de seus serviços, o projeto realizará uma pesquisa de mapeamento e diagnóstico das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, que abarquem: 1) a descrição do perfil dos serviços especializados da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; 2) o mapeamento dos órgãos públicos estaduais e municipais da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres dos municípios a serem estudados - inclusive os órgãos colegiados - , responsáveis pela formulação das políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres (p.e., gestores dos serviços, Núcleos de Gênero do Ministério Público, Organismos de Políticas para as mulheres, Coordenadorias de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Câmaras Técnicas Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Câmaras Técnicas, e etc.); 3) as condições destas instituições (infraestrutura, recursos humanos, orçamento e finanças, equipamentos, entre outros) e as relações estabelecidas entre elas para a prestação adequada dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; 4) o levantamento da perspectiva de atores institucionais acerca do funcionamento da rede de atendimento; 5) a verificação da perspectiva de mulheres em situação de violência que recebam atendimento na rede.

OBJETIVO GERAL:

- Realizar uma pesquisa de mapeamento e diagnóstico da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir de descrição do perfil dos serviços especializados de atendimento à mulher; do mapeamento das relações e interconexões entre os órgãos e serviços que a compõem; e do levantamento da perspectiva dos atores institucionais da Rede e das mulheres em situação de violência que tenham sido assistidas pelos serviços especializados e não especializados nela contidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Levantar o perfil institucional dos serviços especializados da Rede de Atendimento a partir da atualização e validação de instrumentos de coleta já utilizados para o monitoramento da rede.
- Identificar o desenho dos arranjos institucionais das redes locais, levantando todos os fluxos de comunicação e governança estabelecidos entre os atores.
- Conhecer a perspectiva de atores institucionais da Rede de Atendimento e das mulheres atendidas pelos serviços, no tocante à assistência prestada e aos desafios e às potencialidades do trabalho em rede (dentre outros) para a garantia de um atendimento integral, humanizado e não-revitimizador às vítimas/sobreviventes de violência.

METAS E MÉTODO:

b) Descrição das atividades/etapas a serem desenvolvidas:

A pesquisa “Mapeamento e Diagnóstico da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” será realizada em três etapas (que serão espelhadas nas três metas do projeto):

- **ETAPA I:** Realização de Pesquisa Perfil dos Serviços Especializados, com informações quantitativas sobre os equipamentos especializados da Rede de Atendimento, conforme instrumento da pesquisa perfil
- **ETAPA II:** Identificação dos arranjos institucionais de Redes Locais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

- **ETAPA III:** Levantamento da perspectiva das usuárias e dos profissionais e gestores dos serviços da Rede de Atendimento acerca das dificuldades e benefícios do trabalho em rede no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Cabe ressaltar que, para o desenvolvimento das etapas do presente projeto e consecução dos objetivos da pesquisa, serão realizadas atividades preparatórias, tais como: o alinhamento de conceitos, concepções e estratégias de entrada em campo entre a Universidade de Brasília e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética; a definição de listagem de representantes por Instituição e Estado para contato e inserção na pesquisa; a discussão conjunta sobre os indicadores utilizados pela SNPM para o levantamento do perfil institucional dos serviços especializados.

c) Procedimentos e/ou instrumentos a serem utilizados

Para a realização desse estudo, será utilizada abordagem multimétodos. Nesse sentido, serão conduzidos grupos focais e/ou entrevistas e aplicados instrumentos de diagnóstico descritivo sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, construídos para os diferentes setores (segurança pública, justiça, assistência social, sistema de direitos humanos) envolvidos na prevenção e combate à violência contra as mulheres.

d) Cepats – Centro de Pesquisa em Avaliação e Tecnologias Sociais

O desenvolvimento e execução do presente TED ficará a do Cepats, vinculado ao Instituto de Psicologia da UnB, que contempla pesquisadores de diversos departamentos e programas de pós-graduação, como Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Psicologia Clínica, Departamento de Administração, Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Departamento de Estatística, Departamento de Sociologia, por exemplo. O Cepats tem como missão “apoiar organizações públicas, privadas, da sociedade civil e da academia no desenvolvimento de pesquisas aplicadas com foco na resolução de problemas reais, por meio de desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências.

Referências

UN WOMEN. **Essential Services Package for Women and Girls Subject to Violence Core Elements and Quality Guidelines**. 2015. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/12/essential-services-package-for-women-and-girls-subject-to-violence>.

Acesso em: 07 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Guia de Perguntas e Respostas sobre a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2021a.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Conceito e Composição**. Brasília, 2021b.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio**. Brasília, 2021c.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Justificativa:

Para a execução do presente TED, o CEPATS da UnB contará com a capacidade instalada próprio, que fica nas dependências da UnB, contando com computadores, acesso a internet, impressoras e equipamentos de segurança. Além disso, toda infraestrutura da UnB estará à disposição para o TED, no que se refere à bibliotecas, físicas ou virtuais, e os equipamentos dos laboratórios dos pesquisadores vinculados ao projeto.

Soma-se a isso a contratação de especialistas, que apresentam um conjunto de competências necessárias ao desenvolvimento do TED, por exemplo, equipe de tecnologia da informação para construção das soluções esperadas.

Por fim, faz-se necessária a contratação da Funap, como forma de cuidar da gestão financeira e administrativa, além das contratações do TED, sendo a Fundação de Apoio credenciada junto à UnB para o desenvolvimento de TED.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Custos indiretos com Recursos Humanos e contratação de pessoa física: R\$ 347.300,00

2. Custos indiretos com demais despesas: R\$ 24.950,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qntde.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1 (M1)	Realizar a Pesquisa Perfil institucional dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência	-----	-----	-----	-----	1º Mês	18º Mês
PRODUTOS	1) Relatório	Relatório e banco de dados	2	R\$	R\$		

M1	Técnico com as informações sobre os serviços especializados 2) Banco de dados com as informações sobre os serviços especializados			500.000,00	1.000.000,00		
META 2 (M2)	Mapear os arranjos institucionais das redes locais de atendimento dos municípios selecionados	-----	-----	-----	-----		
PRODUTOS M2	1) Relatório Técnico com as informações dos arranjos institucionais 2) Mapas dos arranjos institucionais	Relatório e mapas de arranjos institucionais	2	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00	13º Mês	24º Mês
META 3 (M2)	Verificar a perspectiva de gestores e profissionais da Rede de Atendimento e das mulheres atendidas pelos serviços						
PRODUTO M3	1) Relatório Técnico com as perspectivas dos gestores, profissionais e das mulheres atendidas na Rede	Relatório Técnico	1	R\$ 1.238.860,00	R\$ 1.238.860,00	13º Mês	24º Mês

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR: R\$ 3.238.860,00
DEZEMBRO / 2021	R\$ 2.470.000,00

NOVEMBRO / 2022		R\$ 768.860,00
11. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO- PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
Diárias	Não	R\$ 48.000,00
Passagens e despesas com deslocamento	Não	R\$ 72.000,00
Material de consumo	Não	R\$ 4.500,00
Auxílio Financeiro a Estudante	Não	R\$ 156.000,00
Auxílio Financeiro a Pesquisador	Não	R\$ 2.059.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Não	R\$ 83.000,00
Obrigações tributárias e contributivas - 20% de OST - Pessoa Física e Consultoria realizada por Pessoa Física	Não	R\$ 16.600,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	R\$ 125.800,00
Materiais e Bens Permanentes	Não	R\$ 40.909,09
Ressarcimento Funap	Não	R\$ 260.600,91
Despesas Administrativas UnB	Sim	R\$ 372.250,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - 5% de ISS	Não	R\$ 0,00
12. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039	Não	R\$ 2.866.610,00
339039	Sim	R\$ 372.250,00
Será necessário que o recurso seja disponibilizado na Natureza 33.90.39, para possibilitar a contratação da Fundação de Apoio FUNAPE por Dispensa de Licitação, para gerenciamento do recurso, que se encaixa em Outros Serviços de Terceiros PJ.		
13. PROPOSIÇÃO		
Brasília, de dezembro de 2021.		
MÁRCIA ABRAHÃO MOURA Reitora da Universidade de Brasília		
14. APROVAÇÃO		
Brasília, de dezembro de 2021.		

VIVIANE FERNANDA DUTRA
Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Substituta
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Em 18 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 10/12/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Fernanda Dutra, Secretária(o) Nacional de Políticas para Mulheres, Substituta(o)**, em 10/12/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2610950** e o código CRC **411FC0A0**.

Referência: Processo nº 00135.226838/2021-39

SEI nº 2610950